

ANEXO IV CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DAS PROVAS OBJETIVAS

CONHECIMENTOS GERAIS PARA O CARGO DE NÍVEL SUPERIOR

1. LÍNGUA PORTUGUESA:

ANÁLISE DE TEXTOS: 1.1 Leitura, compreensão e interpretação de texto (s) original (is) ou adaptado (s), de natureza diversa: descritivo, narrativo e dissertativo, e de diferentes gêneros, como por exemplo: poema, crônica, notícia, reportagem, editorial, artigo de opinião, texto ficcional, texto argumentativo, informativo, normativo, charge, propaganda e outros. 1.2. Significado contextual de palavras e expressões; 1.3 Identificação do tema ou da idéia global do texto, 1.3 Relações de intertextualidade. 1.5 Relações de sentido entre as palavras: sinonímia e antonímia. 2. GÊNEROS TEXTUAIS: 2.1. Tipo textual de certos segmentos do texto (narrativo, descritivo, argumentativo, expositivo, etc.); 3. EMPREGO DAS CLASSES DE PALAVRAS: 3.1 substantivo, 3.2 adjetivo, 3.3 pronome, 3.4 verbo, 3.5 artigo, 3.6 numeral, 3.7 advérbio, 3.8 preposição, 3.9 interjeição, 3.10 conjunção; 4. EMPREGO DE TEMPO E MODO VERBAIS: 4.1 presente simples, pretérito perfeito, pretérito imperfeito, futuro do presente, futuro do pretérito, 4.2 modo indicativo, modo subjuntivo e modo imperativo; 5. NOVA ORTOGRAFIA OFICIAL; 6. ACENTUAÇÃO GRÁFICA; 7. SINTAXE: 7.1. Crase; 7.2. Concordância nominal e verbal; 7.3. Regência nominal e verbal; 10. Sentido de radicais, prefixos e sufixos. 11. ANÁLISE SINTÁTICA: 11.1. Frases, 11.2. Orações e Períodos, 11.3. Termos Essenciais da Oração, 11.4 Termos Integrantes da Oração, 11.5 Termos Acessórios da Oração.

2. INFORMÁTICA:

2.1 Noções básicas do computador, 2.2 principais componentes de um PC e periféricos (visão do usuário); 2.3 rotinas principais para o uso do ambiente operacional Windows 98 e XP; 2.4 edição de textos: Word; 2.5 planilhas eletrônicas: Excel; 2.6 banco de dados: Access; 2.7 noções de Internet: principais conceitos; 2.8 correio eletrônico: Internet Explorer e 2.9 Outlook Express.

3. MATEMÁTICA:

1. Conjuntos; 2. Razão e Proporção; 3. Regra de Três Simples e Composta; 4. Porcentagem; 5. Juros Simples e Composto; 6. Descontos Simples; 7. Equações, Sistemas e Problemas envolvendo Variáveis do 1º e 2º Grau; 8. Relações Métricas e Trigonométricas no Triângulo; 9. Problemas que envolvam Figuras Planas; 10. Funções; 11. Sistemas Legais de Medidas.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA O CARGO DE NÍVEL SUPERIOR

I – FUNÇÃO: ANALISTA DE REGISTRO EMPRESARIAL

I.a) DIREITO CONSTITUCIONAL:

1. Constituição: Conceito, objeto, tipos e elementos; 2. Teoria do Poder Constituinte; 3. Supremacia da Constituição; 4. Emenda, reforma e revisão

constitucional; 5. Aplicabilidade das Normas constitucionais; 6. Princípios específicos de interpretação constitucional; 7. Princípios Fundamentais da República do Brasil; 8. Direitos e Garantias Fundamentais; 9. Direitos e Garantias Individuais e Coletivos; 10. Direitos Sociais; 11. Direitos Políticos; 12. Partidos Políticos; 13. Teoria do Federalismo e Federalismo brasileiro; 14. Repartição de Competências; 15. Autonomia dos entes federativos; 16. Organização político-administrativa; 17. União, Estados Federados; 18. Municípios, Distrito Federal e Territórios; 19. Regiões de Desenvolvimento; 20. Intervenção Federal e Estadual; 21. Administração Pública: Disposições Gerais; Servidores Públicos Civis dos Estados; Militares dos Estados; 22. Organização dos Poderes; 23. Poder Legislativo Federal: Organização e atribuições; 24. Estatuto dos Parlamentares Federais; 25. Processo legislativo federal; 26. Fiscalização Contábil, Financeira e Orçamentária Federal; 27. Poder Executivo: Atribuições e responsabilidades do Presidente da República e de Ministros de Estado; 28. Conselho da República e de Defesa Nacional; 29. Poder Judiciário: Organização e competências; 30. Princípios constitucionais do Estatuto da Magistratura; 31. Garantias institucionais; 32. Garantias e Vedações da Magistratura Federal; 33. Supremo Tribunal Federal e Súmula Vinculante; 34. Conselho Nacional de Justiça; 35. Superior Tribunal de Justiça. Tribunais Regionais Federais e Juízes Federais; 36. Tribunais e Juízes do Trabalho; 37. Tribunais e Juízes dos Estados; 38. Controle de Constitucionalidade; 39. Controle Preventivo e Repressivo; 40. Controle Difuso e Concentrado; 41. Ação Direita de Inconstitucionalidade; 42. Ação Declaratória de Constitucionalidade; 43. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental; 44. Controle de Constitucionalidade por Omissão; 45. Funções essenciais à Justiça. Ministério Público; 46. Conselho Nacional do Ministério Público; 47. Advocacia-Geral da União; 48. Finanças Públicas; 49. Orçamento. Princípios Constitucionais; 50. Leis Orçamentárias; 51. Fiscalização; 52. Controle financeiro, orçamentário e patrimonial; 53. Os Tribunais de Contas; 54. Finanças Públicas Estaduais.

I.b) ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA:

1. Princípios Constitucionais da Administração Pública: Princípios Explícitos e Implícitos. 2. Ética na Administração Pública. 3. Administração Pública: Organização administrativa; Centralização; Descentralização. Desconcentração; Órgãos públicos; Administração Indireta da Administração; Autarquias; Fundações Públicas; Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista. 4. Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis da Administração Direta, das Autarquias e das Fundações Públicas do Estado do Pernambuco - Lei nº. 6.123, de 20 de julho de 1968; 5. Atos Administrativos: Conceito; Atributos; Elementos; Classificação; Vinculação e discricionariedade; Anulação; Revogação e Convalidação. 6. Lei Nº 8.666/1993 - Licitação: Conceito; Princípios; Modalidades; Procedimentos; Dispensa e inexigibilidade; Revogação e anulação; Sanções Administrativas. 7. Contrato Administrativo: Características; Formalização; Execução e Rescisão; Espécies. 8. Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000); 9. Convênios. 10. Bens Públicos: Conceito; Classificação; Afetação e desafetação; Formas de aquisição e alienação de bens públicos; Formas de utilização dos bens públicos pelos particulares; Desapropriação. 11. Lei Federal 8.934/94 de 18/11/1994 atualizada.

I.c) DIREITO COMERCIAL:

1. Registros de Empresas: órgãos de registro, atos de registro, procedimentos e regimes, conseqüências da falta de registro, inatividade da empresa. 2. Nome empresarial: espécies, formação e proteção, diferenças entre nome empresarial e marca. Título do estabelecimento. As sociedades empresárias. 3. Personalização das sociedades empresárias, natureza e conceito. 4. Quadro geral das pessoas jurídicas. 5. Efeitos da personalização. Início e término da personalização. 6. Limites da personalização. 7. Classificação das sociedades empresárias. 8. SOCIEDADE ANÔNIMA: conceito, classificação, nome empresarial, essência mercantil. 9. Ação: valor, espécies, forma, classe, emissão e subscrição, circulação. Valores mobiliários: conceito e natureza. Debêntures, Bônus de subscrição, Partes beneficiárias. 10. Capital Social na sociedade anônima: Função, formação, aumento e redução. 11. Constituição de Sociedade Anônima: requisitos preliminares, por subscrição pública, por subscrição particular, abertura e fechamento do capital. 12. Órgãos societários na sociedade anônima: Assembléia Geral, Conselho de Administração, Diretoria e Conselho Fiscal, Liquidação e Dissolução da Sociedade Anônima. 13. SOCIEDADE LIMITADA: natureza. Constituição: contrato social, requisitos de validade, pressupostos de existência, cláusulas contratuais, forma. Alteração contratual. Deveres e responsabilidades dos sócios, direitos do sócio, administração, liquidação e dissolução.

I.d) DIREITO CIVIL:

1. Lei: Vigência, hierarquia, aplicação, integração, revogação e interpretação das leis. 2. Eficácia espacial e temporal da Lei (retroatividade e irretroatividade); A Lei de Introdução ao Código Civil do Brasil; 3. Das Pessoas: Pessoas naturais e pessoas jurídicas; Entes não personificados. 4. Personalidade e capacidade jurídicas. 5. Desconsideração da personalidade jurídica. 6. Domicílio e residência. 7. Dos Fatos jurídicos. 8. Negócio jurídico e atos jurídicos lícitos e ilícitos. 9. Pressupostos de validade, prova, defeitos e invalidade. 10. Teoria das nulidades. Boa-fé. 11. Dos Bens: Classificação. Bem de família. Dos Bens Públicos. 12. Da Responsabilidade civil. 13. Dano material e moral. 14. Da obrigação de indenizar: Reparação de danos morais e materiais. 15. Abuso de Direito. 16. Legítima defesa, exercício regular de direito e estado de necessidade. 17. Da Prescrição: conceito, prazos, suspensão e interrupção. 18. A prescrição e a Fazenda Pública. 19. Da decadência: conceito e prazos. 20. Renúncia. Decretação ex-officio. 21. Dos Contratos: disposições gerais. 22. Teoria da imprevisão. 23. Código Civil Brasileiro – CC: Lei 10.406, 10 de janeiro, de 2002: 1.1 Parte Especial: Livro II - Do Direito de Empresa: Título I – Do Empresário: artigo 966 ao artigo 980; Título II – Da Sociedade: artigo 981 ao 985; Subtítulo I – Da Sociedade Não Personificada: artigo 986 ao artigo 996; Subtítulo II – Da Sociedade Personificada: artigo 997 ao artigo 1.141; Título II – Do Estabelecimento: art. 1.142 ao 1.149; Título IV – Dos Institutos Complementares: artigo 1.150 ao artigo 1.195.

I.e) REGISTRO DO COMÉRCIO:

1. Lei Federal nº 8.934, de 18, de novembro de 1994; 2. Decreto Federal nº 1.800, de 30 de janeiro, de 1996; 3.0 Instruções Normativas do Departamento Nacional do Registro do Comércio - DNRC: 3.1 **IN Nº 37**, de 24/04/1991, institui

o modelo de contrato simplificado com cláusulas padronizadas para facilitar a constituição de sociedades por cotas de responsabilidade limitada; 3.2 **IN N° 46**, de 6/03/1996, dispõe sobre a expedição de atos normativos pelo DNRC e a fiscalização jurídica dos órgãos incumbidos do Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins; 3.3 **IN N° 51**, de 06/03/1996, institui modelo anexo de Carteira de Exercício Profissional para titular de firma mercantil individual, administrador de sociedade mercantil ou de cooperativa, tradutor público e intérprete comercial, leiloeiro, trapicheiro e administrador de armazém geral. 3.4 **IN N° 55**, de 6/03/1996, dispõe sobre a autenticação de documentos levados a arquivamento no Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins; 3.5 **IN N° 67**, de 23/06/1998, aprova formulário de Ficha de Cadastro Nacional de Empresas – FCN; 3.6 **IN N° 69**, de 23/06/1998, aprova modelo Capa de Processo/Requerimento para os atos especificados; 3.7 **IN N° 70**, de 28/12/1998, dispõe sobre a matrícula e hipóteses de seu cancelamento de administradores de armazéns gerais e trapicheiros, e dá outras providências; 3.8 **IN N° 71**, de 28/12/1998, dispõe sobre a desconcentração dos serviços de registro público de empresas mercantis e atividades afins; 3.9 **IN N° 72**, de 28/12/1998, dispõe sobre o cancelamento do registro de empresa mercantil inativa e dá outras providências; 3.10 **IN N° 73**, de 28/12/1998, dispõe sobre os atos de constituição, alteração e extinção de Grupo de Sociedades; 3.11 **IN N° 74**, de 28/12/1998, dispõe sobre os Atos de Constituição, Alteração e Extinção de Consórcio; 3.12 **IN N° 76**, de 28/12/1998, dispõe sobre o arquivamento de atos de empresas mercantis ou de cooperativas em que participem estrangeiros residentes e domiciliados no Brasil, pessoas físicas, brasileiras ou estrangeiras, residentes e domiciliadas no exterior e pessoas jurídicas com sede no exterior; 3.13 **IN N° 78**, de 28/12/1998, disciplina o arquivamento de atos de Empresas Binacionais Brasileiro-Argentinas no País; 3.14 **IN N° 81**, de 5/01/1999, dispõe sobre os pedidos de autorização para nacionalização ou instalação de filial, agência, sucursal ou estabelecimento no País, por sociedade mercantil estrangeira; 3.15 **IN N° 84**, de 29/02/2000, dispõe sobre a habilitação, nomeação e matrícula e seu cancelamento de Tradutor Público e Intérprete Comercial e dá outras providências; 3.16 **IN N° 85**, de 29/02/2000, dispõe sobre a interposição de recursos administrativos no âmbito do Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins; 3.17 **IN N° 87**, de 19/06/2001, aprova modelo de declaração a ser firmada e juntada ao pedido de nomeação de Vogais e respectivos Suplentes e dá outras providências; 3.18 **IN N° 88**, de 02/08/2001, dispõe sobre o arquivamento dos atos de transformação, incorporação, fusão e cisão de sociedades mercantis; 3.19 **IN N° 93**, de 05/12/2002, dispõe sobre expedição de certidões, a sua utilização em atos de transferência de sede, abertura, alteração e inscrição de transferência de filiais, proteção ao nome empresarial e dá outras providências; 3.20 **IN N° 95**, de 22/12/2003, aprova o formulário Requerimento de Empresário e dá outras providências; **IN N° 97**, de 23/12/2003, aprova o Manual de Atos de Registro de Empresário; 3.21 **IN N° 98**, de 23/12/2003, aprova o Manual de Atos de Registro de Sociedade Limitada; 3.22 **IN N° 100**, de 19/04/2006, aprova o Manual de Atos e Registro Mercantil das Sociedades Anônimas; 3.23 **IN N° 101**, de 19/04/2006, aprova o Manual de Cooperativas; 3.24 **IN N° 103**, de 30/04/2007, dispõe sobre o enquadramento, reenquadramento e desenquadramento de microempresa e empresa de pequeno porte, constantes da Lei Complementar nº 123, de 14 de

dezembro de 2006, nas Juntas Comerciais; 3.25 **IN Nº 107**, de 23/05/2008, dispõe sobre procedimentos para a validade e eficácia dos instrumentos de escrituração dos empresários, sociedades empresárias, leiloeiros e tradutores públicos e intérpretes comerciais; 3.27 **IN Nº 109**, de 28/10/2008, dispõe sobre os procedimentos de registro e arquivamento digital dos atos que competem, nos termos da legislação pertinente, ao Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins, e dá outras providências; 3.28 **IN Nº 111**, de 01/02/2010, dispõe sobre a implementação do Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Partes do Mercado Comum do Sul - MERCOSUL, bem como sobre as regras comuns para a autorização de residência aos cidadãos dos países do Mercosul, Bolívia e Chile destinadas a avançar no processo de integração regional; 3.29 **IN Nº 113**, de 28/04/2010, dispõe sobre o processo de concessão de matrícula, seu cancelamento e a fiscalização da atividade de Leiloeiro Público Oficial e dá outras providências; 3.30 **IN Nº 114**, de 30/10/2011, aprova o quadro enumerativo dos atos empresariais sujeitos à aprovação prévia de órgãos e entidades governamentais para registro nas Juntas Comerciais e dá outras providências 3.31 **IN Nº 115**, de 30/10/2011, dispõe sobre os atos sujeitos à comprovação de quitação de tributos e contribuições sociais federais para fins de arquivamento no Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins; 3.32 **IN Nº 116**, de 22/10/2011, dispõe sobre a formação do nome empresarial, sua proteção e dá outras providências; 3.33 **IN Nº 117**, de 22/11/2011, aprova o Manual de Atos de registro de Empresa Individual de Responsabilidade Limitada; 3.34 **IN Nº 118**, de 22/10/2011, dispõe sobre o processo de transformação de registro de empresário individual em sociedade empresária, contratual, ou em empresa individual de responsabilidade limitada e vice-versa, e dá outras providências; 3.35 **IN Nº 119**, de 09/12/2011, dispõe sobre a especificação de atos integrantes da Tabela de Preços dos Serviços prestados pelos órgãos do Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM, e dá outras providências.

II – FUNÇÃO: CONTADOR

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

II.a) CONTABILIDADE GERAL E PÚBLICA (com base na Lei nº 6.404/76 e suas últimas alterações):

1.1. **Contabilidade Geral:** Conceito, 1.2. Princípios Fundamentais, 1.3. Campo de Aplicação, 1.4. Método de Avaliação de Estoques, 1.5. Avaliação dos Componentes Patrimoniais, 1.6. Fatos Contábeis, 1.7. Inventário, 1.8. Escrituração, 1.9. Demonstrações Contábeis: 1.9.1. Conceito, 1.9.2. Finalidade, 1.9.3. Importância, 1.9.4. Época e Forma de Elaboração, Estruturação e Consolidação. **2. Contabilidade Pública:** Orçamento Público: 2.1 Princípios Orçamentários, 2.2. Instrumentos de Planejamento Orçamentário: 2.2.1. Plano Plurianual (PPA), 2.2.2. Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), 2.2.3. Lei de Orçamento Anual (LOA), 2.3. Ciclo Orçamentário, 2.4. Créditos Orçamentários e Créditos Adicionais: 2.4.1. Tipos de Créditos Adicionais. 2.4.2. Descentralização de Créditos. 2.4.3. Descentralização Financeira. 3. Contabilidade Pública: 3.1. Conceito. 3.2. Objeto. 3.3. Campo de Aplicação. 3.4. Exercício Financeiro. 3.5. Regime Contábil. 3.6. Legislação Básica (Lei nº

4320/64). 3.7. Receitas Públicas: 3.7.1. Conceitos. 3.7.2. Classificações. 3.7.3. Estágios, 3.7.4. Regime Contábil. 3.7.5. Dívida Ativa. 3.8. Despesas Públicas: 3.8.1. Conceito. 3.8.2. Classificações. 3.8.3. Estágios. 3.8.4. Regime Contábil. 3.8.5. Restos a Pagar. 3.8.6. Despesas de Exercícios Seguinte. 3.8.7. Regime de Adiantamento. 3.8.8. Dívida Pública. 3.9. Registros dos Fatos Típicos da Administração Pública. 3.10. Demonstrações Contábeis: Balanço Orçamentário; Balanço Patrimonial; Balanço Financeiro; Demonstração das Variações Patrimoniais - DVP. 3.11. Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/200). 3.12. Licitações (legislação: Lei nº 8.666/93 e Lei nº 10.520/2002): Conceito, Objeto, Finalidades, Princípios, Vedações e Modalidades, Procedimentos e Fases de Modalidades. Revogação e Invalidação. 4. Auditoria Contábil: Aspectos Gerais, Conceito, Princípios e Normas. 5. Perícia Contábil: Aspectos Conceituais e Aspectos Técnicos Doutrinários.

II.b) REGISTRO DO COMÉRCIO: 1. NORMAS DEPARTAMENTO NACIONAL DO REGISTRO DO COMÉRCIO - DNRC:

1 Lei Federal nº 8.934, de 18, de novembro de 1994; 2. Decreto Federal nº 1.800, de 30 de janeiro, de 1996; 3.0 Instruções Normativas do Departamento Nacional do Registro do Comércio - DNRC: **IN Nº 97**, de 23/12/2003, aprova o Manual de Atos de Registro de Empresário; 3.1 **IN Nº 98**, de 23/12/2003, aprova o Manual de Atos de Registro de Sociedade Limitada; 3.2 **IN Nº 114**, de 30/10/2011, aprova o quadro enumerativo dos atos empresariais sujeitos à aprovação prévia de órgãos e entidades governamentais para registro nas Juntas Comerciais e dá outras providências; 3.3 **IN Nº 115**, de 30/10/2011, dispõe sobre os atos sujeitos à comprovação de quitação de tributos e contribuições sociais federais para fins de arquivamento no Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins; 3.4 **IN Nº 116**, de 22/10/2011, dispõe sobre a formação do nome empresarial, sua proteção e dá outras providências; 3.5 **IN Nº 117**, de 22/11/2011, aprova o Manual de Atos de registro de Empresa Individual de Responsabilidade Limitada; 3.6 **IN Nº 118**, de 22/10/2011, dispõe sobre o processo de transformação de registro de empresário individual em sociedade empresária, contratual, ou em empresa individual de responsabilidade limitada e vice-versa, e dá outras providências.

III – FUNÇÃO: PSICOLOGIA

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

III.a) PSICOLOGIA GERAL:

1. Ética profissional; 2. Teorias da personalidade; 3. Psicopatologia; 4. Técnicas psicoterápicas; 5. Psicodiagnóstico; 6. Avaliação Psicológica: Fundamentos da medida psicológica; 7. Instrumentos de avaliação psicológica: critérios de seleção, avaliação e interpretação dos resultados; 8. Psicologia Organizacional: Teorias e tendências no mundo do trabalho; 9. Análise do trabalho; 10. Trabalho, subjetividade e saúde psíquica; 11. Condições de trabalho, segurança no trabalho e saúde ocupacional; 12. As contribuições teóricas e metodológicas atuais na esfera trabalho-saúde; 13. Rotação de pessoal. 14. Absenteísmo. 15. Avaliação de desempenho: objetivos, métodos,

implantação e acompanhamento; 16. Treinamento: levantamento de necessidades, planejamento e avaliação; 17. Poder, controle, participação e liderança nas organizações; 18. Motivação, satisfação e envolvimento no trabalho; 19. Comprometimento organizacional, qualidade de vida e cidadania organizacional; 20. Os grupos nas organizações: abordagens teóricas, modelos de intervenção, dinâmica de grupo, equipes de trabalho; 21. Clima e cultura organizacional; 22. Psicologia da Educação e da Aprendizagem; 23. Psicologia Familiar; 24. Psicologia da Pessoa com Necessidades Especiais; 25. Psicologia Social e Comunitária.

IV – FUNÇÃO: ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

IV.a) BANCO DE DADOS:

1 - Conceitos básicos; Independência de dados; Abordagem relacional; Modelagem entidade relacionamento; Normalização; Transformação do modelo conceitual; Linguagem SQL. 2 - Arquitetura de Sistemas: Sistemas de três camadas; Padrões de projeto; Aplicações distribuídas; Portais; Servidores de Aplicação; Interoperabilidade; Web Services; Arquitetura Orientada a Serviços (SOA); Barramento de Serviços Corporativos (ESB); Sistemas Integrados de Gestão (ERP). 3 - Engenharia de Software: Ciclo de vida; Metodologias de desenvolvimento; Processo Unificado: Requisitos, Análise, Projeto, Testes; UML; Métricas. 4 - Estrutura de dados e algoritmos: Tipos básicos de dados; Algoritmos para pesquisa e ordenação; Listas lineares e suas generalizações: Listas ordenadas, listas encadeadas, pilhas e filas; Árvores e suas generalizações: Árvores binárias, árvores de busca, árvores balanceadas (AVL), árvores B e B+; Complexidade de algoritmos. 5 - Linguagens de Programação (uso da linguagem JAVA para os exemplos): Conceitos básicos e características estruturais das linguagens de programação; Conceitos de orientação a objetos; Coleções; Entradas/Saídas; Threads; Garbage Collector. **BLOCO 2:** 6 - Arquitetura de computadores: Conceitos básicos; Sistemas de numeração; Modelos de conjunto de instruções; Modos de endereçamento; Bloco operacional; Bloco de controle; Organização de memória 7 - Noções de Gerenciamento de Projetos: Conceitos básicos; Alocação de recursos; Cronograma; Estrutura analítica; Fases do projeto; Gerenciamento do Escopo; Gerenciamento do Prazo; Gerenciamento do Custo. 8 - Raciocínio lógico: Lógica Sentencial e de Primeira Ordem; Decidibilidade da lógica sentencial; Enumeração por Recurso; Contagem: princípio aditivo e multiplicativo; Lógica Matemática: Sentido lógico-matemático convencional dos conectivos; Argumentos; A lógica sentencial; Regras de formação de fórmulas; Sistemas dedutivos; Valores-verdade; Funções de avaliação. 9 - Sistemas de Informações Gerenciais: BD Relacionais x BD Multidimensionais; Conceitos de OLTP, OLAP, MOLAP, ROLAP; Definições: Fatos, Dimensões; Modelagem Multidimensional; e Conceitos de Datawarehousing. **BLOCO 3:** 10 - Sistemas Operacionais: Conceitos básicos; Gerência de filas; Entrada e saída; Gerência de memória; Gerência de arquivos; Sistemas operacionais distribuídos. 11 - Conceitos e tecnologias relacionadas à Internet: Protocolos relevantes para aplicações Internet; Princípios e arquitetura da Internet; Linguagens de marcação, transformação e apresentação. 12 – Segurança da Informação:

Conceitos gerais; Políticas de Segurança de Informação; Classificação de informações; Norma ISO 27002. 13 – Qualidade de Software: Noções de CMM e CMMI e Norma ISO 9001:2008. 14 - Noções de Governança de TI e COBIT 4.1

V – FUNÇÃO: ASSESSOR JURÍDICO

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

V.a) DIREITO CONSTITUCIONAL:

1.1. Constituição: Conceito, objeto, tipos e elementos. 1.2. Teoria do Poder Constituinte. 1.3. Supremacia da Constituição. 1.4. Emenda, reforma e revisão constitucional. 1.5. Aplicabilidade das Normas constitucionais. 1.6. Princípios específicos de interpretação constitucional. 1.7. Princípios Fundamentais da República do Brasil. 1.8. Direitos e Garantias Fundamentais. 1.9. Direitos e Garantias Individuais e Coletivos. 1.10. Direitos Sociais. 1.11. Direitos Políticos. 1.12. Partidos Políticos. 1.13. Teoria do Federalismo e Federalismo brasileiro. 1.14. Repartição de Competências. 1.15. Autonomia dos entes federativos. 1.16. Organização político-administrativa. 1.17. União, Estados Federados. 1.18. Municípios, Distrito Federal e Territórios. 1.19. Regiões de Desenvolvimento. 1.20. Intervenção Federal e Estadual. 1.21. Administração Pública: Disposições Gerais; Servidores Públicos Cíveis dos Estados; Militares dos Estados. 1.22. Organização dos Poderes. 1.23. Poder Legislativo Federal: Organização e atribuições. 1.24. Estatuto dos Parlamentares Federais. 1.25. Processo legislativo federal. 1.26. Fiscalização Contábil, Financeira e Orçamentária Federal. 1.27. Poder Executivo: Atribuições e responsabilidades do Presidente da República e de Ministros de Estado. 1.28. Conselho da República e de Defesa Nacional. 1.29. Poder Judiciário: Organização e competências. 1.30. Princípios constitucionais do Estatuto da Magistratura. 1.31. Garantias institucionais. 1.32. Garantias e Vedações da Magistratura Federal. 1.33. Supremo Tribunal Federal e Súmula Vinculante. 1.34. Conselho Nacional de Justiça. 1.35. Superior Tribunal de Justiça. Tribunais Regionais Federais e Juízes Federais. 1.36. Tribunais e Juízes do Trabalho. 1.37. Tribunais e Juízes dos Estados. 1.38. Controle de Constitucionalidade. 1.39. Controle Preventivo e Repressivo. 1.40. Controle Difuso e Concentrado. 1.41. Ação Direta de Inconstitucionalidade. 1.42. Ação Declaratória de Constitucionalidade. 1.43. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental. 1.44. Controle de Constitucionalidade por Omissão. 1.45. Funções essenciais à Justiça. Ministério Público. 1.46. Conselho Nacional do Ministério Público. 1.47. Advocacia-Geral da União. 1.48. Finanças Públicas. 1.49. Orçamento. Princípios Constitucionais. 1.50. Leis Orçamentárias. 1.51. Fiscalização. 1.52. Controle financeiro, orçamentário e patrimonial. 1.53. Os Tribunais de Contas. 1.54. Finanças Públicas Estaduais.

V.b) DIREITO ADMINISTRATIVO:

2.1. Função administrativa. 2.2. Regime jurídico administrativo. 2.3. Poderes da Administração. 2.4. Princípios da Administração Pública. 2.5. Poder de polícia: Conceito; Características; Modalidades; Limites. 2.6. Administração Pública:

Organização administrativa; Centralização; Descentralização; Desconcentração. 2.7. Órgãos públicos. 2.8. Administração Indireta: Autarquias; Fundações Públicas; Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista; Agências: executiva e reguladora. 2.9. Controle da Administração Pública; Espécies; Controle Legislativo; Controle Jurisdicional; Meios de controle. 2.10. Recursos Administrativos. 2.11. Coisa Julgada administrativa. 2.12. Prescrição administrativa. 2.13. Agentes públicos: Classificação; Servidores Públicos; Cargo; Emprego e Função; Normas constitucionais; Provisão; Vacância; Direitos e deveres; Responsabilidade dos agentes públicos; Comunicabilidade de instâncias; Improbidade Administrativa. 2.14. Atos Administrativos: Conceito; Atributos; Elementos; Classificação; Vinculação e Discricionariedade. 2.15. Processo Administrativo: Sindicância; Processo Administrativo Disciplinar. 2.16. Licitação: Conceito; Princípios; Modalidades; Procedimento; Pregão; Dispensa e Inexigibilidade; Revogação e Anulação; Sanções Administrativas; Crimes. 2.17. Contrato Administrativo: Características; Formalização; Execução e Rescisão; Espécies. 2.18. Convênios: Serviço Público; Conceito; Classificação; Princípios. 2.19. Intervenção do Estado no domínio econômico. 2.20. Concessão, permissão e autorização de serviço público. 2.21. Responsabilidade do concessionário e responsabilidade subsidiária do Estado por danos a terceiros. 2.22. Limitações ao direito de propriedade. 2.23. Função social da propriedade. 2.24. Ocupação temporária. 2.25. Requisição administrativa. 2.26. Tombamento. Servidão. 2.27. Desapropriação. 2.28. Bens Públicos: Conceito. 2.29. Regime Jurídico: Classificação; Afetação e desafetação. 2.30. Formas de aquisição e alienação de bens públicos. 2.31. Formas de utilização dos bens públicos pelos particulares. 2.32. Responsabilidade Civil do Estado. 2.33. A Reforma do Estado. 2.34. Formas de parceria com a iniciativa privada. 2.35. Parceria Público-Privada. 2.36. As Organizações Sociais e as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público. 2.37. Contratos de Gestão.

V.c) DIREITO CIVIL:

3.1. Lei: Vigência, hierarquia, aplicação, integração, revogação e interpretação das leis. 3.2. Eficácia espacial e temporal da Lei (retroatividade e irretroatividade); A Lei de Introdução ao Código Civil do Brasil; 3.3. Das Pessoas: Pessoas naturais e pessoas jurídicas; Entes não personificados. 3.4. Personalidade e capacidade jurídicas. 3.5. Desconsideração da personalidade jurídica. 3.6. Domicílio e residência. 3.7. Dos Fatos jurídicos. 3.8. Negócio jurídico e atos jurídicos lícitos e ilícitos. 3.9. Pressupostos de validade, prova, defeitos e invalidade. 3.10. Teoria das nulidades. Boa-fé. 3.11. Dos Bens: Classificação. Bem de família. Dos Bens Públicos. 3.12. Da Responsabilidade civil. 3.13. Dano material e moral. 3.14. Da obrigação de indenizar: Reparação de danos morais e materiais. 3.15. Abuso de Direito. 3.16. Legítima defesa, exercício regular de direito e estado de necessidade. 3.17. Da Prescrição: conceito, prazos, suspensão e interrupção. 3.18. A prescrição e a Fazenda Pública. 3.19. Da decadência: conceito e prazos. 3.20. Renúncia. Decretação ex-officio. 3.21. Dos Contratos: disposições gerais. 3.22. Teoria da imprevisão. O Código Civil Brasileiro – CC: Lei 10.406, 10 de janeiro, de 2002: 1.1 Parte Especial: Livro II - Do Direito de Empresa: Título I – Do Empresário: artigo 966 ao artigo 980; Título II – Da Sociedade: artigo 981 ao 985; Subtítulo I – Da Sociedade Não Personificada: artigo 986 ao artigo 996; Subtítulo II – Da

Sociedade Personificada: artigo 997 ao artigo 1.141; Título II – Do Estabelecimento: art. 1.142 ao 1.149; Título IV – Dos Institutos Complementares: artigo 1.115 ao artigo 1.195.

V.d) DIREITO PROCESSUAL CIVIL.

4.1. Da jurisdição. 4.2. Da ação. 4.3. Competência: conceito, territorial, objetiva e funcional. 4.4. Modificação e conflito. 4.5. Conexão e continência. 4.6. Processo e procedimento: natureza e princípios, formação, suspensão e extinção. 4.7. Pressupostos processuais. 4.8. Tipos de procedimentos. 4.9. Prazos. 4.10. Preclusão. 4.11. Prescrição. 4.12. Decadência. 4.13. Sujeitos do processo. 4.14. Das partes e dos procuradores. 4.15. Do juiz, do Ministério Público e dos auxiliares da justiça. 4.16. Dos atos processuais. 4.17. Petição inicial: conceito, requisitos. 4.18. Pedidos: espécies, modificação, cumulação. 4.19. Causa de pedir. 4.20. Despacho liminar: objeto, natureza, de conteúdo positivo, de conteúdo negativo. 4.21. Da citação. 4.22. Da resposta do réu: contestação, exceções, reconvenção. 4.23. Revelia. 4.24. Direitos disponíveis. 4.25. Providências preliminares e julgamento. 4.26. Antecipação da tutela. 4.27. Prova: conceito, modalidades, princípios gerais, objeto, ônus, procedimentos. 4.28. Da audiência. 4.29. Da sentença: requisitos, publicação. 4.30. Da coisa julgada: conceito, limites objetivos e subjetivos; coisa julgada formal e coisa julgada material. 4.31. Recursos: conceito, fundamentos, princípios, classificação, pressupostos, intrínsecos e extrínsecos de admissibilidade, efeitos, juízo de mérito. 4.32. Apelação. 4.33. Agravo de instrumento. 4.34. Embargos infringentes, de divergência e de declaração. 4.35. Recurso especial. 4.36. Recurso extraordinário. 4.37. Ação rescisória. 4.38. Nulidades. 4.39. Processo de execução: pressupostos e princípios informativos. 4.40. Espécies de execução. 4.41. Embargos do devedor: natureza jurídica, cabimento e procedimento. 4.42. Embargos de terceiro: natureza jurídica, legitimidade e procedimento. 4.43. Execução fiscal. Da execução contra a Fazenda Pública. 4.44. Processo e ação cautelares. 4.45. Procedimento cautelar comum e procedimentos cautelares específicos. 4.46. Juizados especiais cíveis; procedimento. 4.47. Ação de usucapião. 4.48. Ação civil pública, ação popular e mandado de segurança coletivo. 4.49. Mandado de segurança. 4.50. Ação monitória.

V.e) DIREITO COMERCIAL.

5.1 Registros de Empresas: órgãos de registro, atos de registro, procedimentos e regimes, conseqüências da falta de registro, inatividade da empresa. 5.2. Nome empresarial: espécies, formação e proteção, diferenças entre nome empresarial e marca. 5.3. Título do estabelecimento. 5.4. AS SOCIEDADES EMPRESÁRIAS. 5.5. Personalização das sociedades empresárias, natureza e conceito. 5.6. Quadro geral das pessoas jurídicas. 5.7. Efeitos da personalização. Início e término da personalização. 5.8. Limites da personalização. 5.9. Classificação das sociedades empresárias. 5.10. SOCIEDADE ANÔNIMA: conceito, classificação, nome empresarial, essência mercantil. 5.11. Ação: valor, espécies, forma, classe, emissão e subscrição, circulação. Valores mobiliários: conceito e natureza. Debêntures, Bônus de subscrição, Partes beneficiárias. 5.12. Capital Social na sociedade anônima:

Função, formação, aumento e redução. 5.13. Constituição de Sociedade Anônima: requisitos preliminares, por subscrição pública, por subscrição particular, abertura e fechamento do capital. 5.14. Órgãos societários na sociedade anônima: Assembléia Geral, Conselho de Administração, Diretoria e Conselho Fiscal, Liquidação e Dissolução da Sociedade Anônima. 5.15. SOCIEDADE LIMITADA: natureza. Constituição: contrato social, requisitos de validade, pressupostos de existência, cláusulas contratuais, forma. Alteração contratual. Deveres e responsabilidades dos sócios, direitos do sócio, administração, liquidação e dissolução. 5.16. LEI DE FALÊNCIAS: Lei 11.101, de 09 de fevereiro de 2005.

V.f) REGISTRO DO COMÉRCIO:

1. Lei Federal nº 8.934, de 18, de novembro de 1994; 2. Decreto Federal nº 1.800, de 30 de janeiro, de 1996; 3.0 Instruções Normativas do Departamento Nacional do Registro do Comércio - DNRC: 3.1 **IN Nº 37**, de 24/04/1991, institui o modelo de contrato simplificado com cláusulas padronizadas para facilitar a constituição de sociedades por cotas de responsabilidade limitada; 3.2 **IN Nº 46**, de 6/03/1996, dispõe sobre a expedição de atos normativos pelo DNRC e a fiscalização jurídica dos órgãos incumbidos do Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins; 3.3 **IN Nº 51**, de 06/03/1996, institui modelo anexo de Carteira de Exercício Profissional para titular de firma mercantil individual, administrador de sociedade mercantil ou de cooperativa, tradutor público e intérprete comercial, leiloeiro, trapicheiro e administrador de armazém geral. 3.4 **IN Nº 55**, de 6/03/1996, dispõe sobre a autenticação de documentos levados a arquivamento no Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins; 3.5 **IN Nº 67**, de 23/06/1998, aprova formulário de Ficha de Cadastro Nacional de Empresas – FCN; 3.6 **IN Nº 69**, de 23/06/1998, aprova modelo Capa de Processo/Requerimento para os atos especificados; 3.7 **IN Nº 70**, de 28/12/1998, dispõe sobre a matrícula e hipóteses de seu cancelamento de administradores de armazéns gerais e trapicheiros, e dá outras providências; 3.8 **IN Nº 71**, de 28/12/1998, dispõe sobre a desconcentração dos serviços de registro público de empresas mercantis e atividades afins; 3.9 **IN Nº 72**, de 28/12/1998, dispõe sobre o cancelamento do registro de empresa mercantil inativa e dá outras providências; 3.10 **IN Nº 73**, de 28/12/1998, dispõe sobre os atos de constituição, alteração e extinção de Grupo de Sociedades; 3.11 **IN Nº 74**, de 28/12/1998, dispõe sobre os Atos de Constituição, Alteração e Extinção de Consórcio; 3.12 **IN Nº 76**, de 28/12/1998, dispõe sobre o arquivamento de atos de empresas mercantis ou de cooperativas em que participem estrangeiros residentes e domiciliados no Brasil, pessoas físicas, brasileiras ou estrangeiras, residentes e domiciliadas no exterior e pessoas jurídicas com sede no exterior; 3.13 **IN Nº 78**, de 28/12/1998, disciplina o arquivamento de atos de Empresas Binacionais Brasileiro-Argentinas no País; 3.14 **IN Nº 81**, de 5/01/1999, dispõe sobre os pedidos de autorização para nacionalização ou instalação de filial, agência, sucursal ou estabelecimento no País, por sociedade mercantil estrangeira; 3.15 **IN Nº 84**, de 29/02/2000, dispõe sobre a habilitação, nomeação e matrícula e seu cancelamento de Tradutor Público e Intérprete Comercial e dá outras providências; 3.16 **IN Nº 85**, de 29/02/2000, dispõe sobre a interposição de recursos administrativos no âmbito do Registro Público de Empresas Mercantis

e Atividades Afins; 3.17 **IN N° 87**, de 19/06/2001, aprova modelo de declaração a ser firmada e juntada ao pedido de nomeação de Vogais e respectivos Suplentes e dá outras providências; 3.18 **IN N° 88**, de 02/08/2001, dispõe sobre o arquivamento dos atos de transformação, incorporação, fusão e cisão de sociedades mercantis; 3.19 **IN N° 93**, de 05/12/2002, dispõe sobre expedição de certidões, a sua utilização em atos de transferência de sede, abertura, alteração e inscrição de transferência de filiais, proteção ao nome empresarial e dá outras providências; 3.20 **IN N° 95**, de 22/12/2003, aprova o formulário Requerimento de Empresário e dá outras providências; **IN N° 97**, de 23/12/2003, aprova o Manual de Atos de Registro de Empresário; 3.21 **IN N° 98**, de 23/12/2003, aprova o Manual de Atos de Registro de Sociedade Limitada; 3.22 **IN N° 100**, de 19/04/2006, aprova o Manual de Atos e Registro Mercantil das Sociedades Anônimas; 3.23 **IN N° 101**, de 19/04/2006, aprova o Manual de Cooperativas; 3.24 **IN N° 103**, de 30/04/2007, dispõe sobre o enquadramento, reenquadramento e desenquadramento de microempresa e empresa de pequeno porte, constantes da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, nas Juntas Comerciais; 3.25 **IN N° 107**, de 23/05/2008, dispõe sobre procedimentos para a validade e eficácia dos instrumentos de escrituração dos empresários, sociedades empresárias, leiloeiros e tradutores públicos e intérpretes comerciais; 3.27 **IN N° 109**, de 28/10/2008, dispõe sobre os procedimentos de registro e arquivamento digital dos atos que competem, nos termos da legislação pertinente, ao Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins, e dá outras providências; 3.28 **IN N° 111**, de 01/02/2010, dispõe sobre a implementação do Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Partes do Mercado Comum do Sul - MERCOSUL, bem como sobre as regras comuns para a autorização de residência aos cidadãos dos países do Mercosul, Bolívia e Chile destinadas a avançar no processo de integração regional; 3.29 **IN N° 113**, de 28/04/2010, dispõe sobre o processo de concessão de matrícula, seu cancelamento e a fiscalização da atividade de Leiloeiro Público Oficial e dá outras providências; 3.30 **IN N° 114**, de 30/10/2011, aprova o quadro enumerativo dos atos empresariais sujeitos à aprovação prévia de órgãos e entidades governamentais para registro nas Juntas Comerciais e dá outras providências 3.31 **IN N° 115**, de 30/10/2011, dispõe sobre os atos sujeitos à comprovação de quitação de tributos e contribuições sociais federais para fins de arquivamento no Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins; 3.32 **IN N° 116**, de 22/10/2011, dispõe sobre a formação do nome empresarial, sua proteção e dá outras providências; 3.33 **IN N° 117**, de 22/11/2011, aprova o Manual de Atos de registro de Empresa Individual de Responsabilidade Limitada; 3.34 **IN N° 118**, de 22/10/2011, dispõe sobre o processo de transformação de registro de empresário individual em sociedade empresária, contratual, ou em empresa individual de responsabilidade limitada e vice-versa, e dá outras providências; 3.35 **IN N° 119**, de 09/12/2011, dispõe sobre a especificação de atos integrantes da Tabela de Preços dos Serviços prestados pelos órgãos do Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM, e dá outras providências.